

A INSERÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA NO SISTEMA CAPES: CONSEQUÊNCIAS PARA O CAMPO

Evandro Ricardo **Guindani** – UNOESC
Elisa Maria **Quartiero** – FAED/UEDESC
Lucídio **Bianchetti** – CED/UFSC
Agência Financiadora: CAPES

Introdução

O debate sobre as repercussões do sistema de avaliação e fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes implementado na década de 1990 para organização e configuração da Pós-graduação brasileira, e dentro dela da Pós-graduação em Educação, está presente em diversos estudos e pesquisas realizadas na primeira década deste século, englobando diferentes focos: política pública (SGUISSARDI, 2006; HORTA e MORAES, 2005), avaliação e fomento (KUENZER e MORAES, 2005; DIAS SOBRINHO, 2004), gestão da pós-graduação (BIANCHETTI, 2009; BIANCHETTI e SGUISSARDI, 2009), produtivismo acadêmico (SGUISSARDI e SILVA, 2009), produção do conhecimento (MOREIRA e VELHO, 2008), entre outros. O modelo de avaliação e fomento da CAPES está sendo implementado de tal forma que a pós-graduação brasileira torna-se cada vez mais homogênea. Este aspecto faz com que se naturalizem ações e comportamentos.

Consideramos que ainda há vários focos de análise que demandam pesquisas na relação entre a atual proposta de avaliação e fomento da CAPES e os programas de pós-graduação. Neste contexto, consideramos pertinente investigar como o campo de conhecimento da Teologia que, historicamente trata da fé e do mundo transcendente, de forma gradativa, assume o *status* de ciência, passando a buscar o reconhecimento/credenciamento e passando a figurar no *ranking* dos Programas de Pós-graduação que alcançam notas máximas na avaliação da Capes.

Na busca de adaptar-se aos critérios de avaliação da CAPES, os PPGs de Teologia foram conquistando uma posição favorável no ranqueamento da Pós-graduação brasileira ao mesmo tempo em que passam por um processo de adaptação, numa transformação epistemológica, de um discurso sobre Deus para uma ciência de Deus, servindo a interesses ‘terrenos’.

Neste artigo discutimos resultados de uma pesquisa de doutorado em educação sobre as induções geradas nos processos de produção de conhecimento dos Programas

de Pós-graduação em Teologia pela inserção no Sistema CAPES. Na pesquisa problematizamos a influência dos critérios de avaliação da Capes nos processos de produção do conhecimento no campo epistemológico da Teologia, tendo como aporte teórico o conceito de “campo” de Bourdieu (2005).

A metodologia envolveu entrevistas com professores/pesquisadores dos PPGTs no Brasil – seis no total - e um estudo de caso múltiplo em três Programas de Pós-graduação em Teologia com conceitos iguais ou superiores a 5 (cinco) e que ofereciam cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelas suas igrejas – católica ou protestante – em período anterior à inserção no Sistema CAPES. As entrevistas foram realizadas com dois grupos: dez (10) pesquisadores da área da Teologia não vinculados aos PPGT do estudo de caso, com o objetivo de obter um olhar privilegiado sobre o campo de conhecimento teológico, e um segundo, composto por doze (12) professores, quatro de cada PPGT em análise, sendo dois os critérios de escolha: o tempo de vinculação ao Programa ter atuação antes e depois da inserção no sistema Capes. As entrevistas foram centradas nos seguintes aspectos: a constituição do campo epistemológico da Teologia, as mudanças nas linhas de pesquisa, a produção docente nos Programas e a avaliação da entrada no Sistema CAPES.

Por meio desta pesquisa foi possível evidenciar como um paradigma avaliativo pode afetar um determinado campo de conhecimento, causando uma inflexão epistemológica, principalmente quando os Programas buscam alcançar o topo do *ranking* do Sistema Capes. Há uma zona de tensão entre a produção do conhecimento religioso e as determinações indutoras do organismo de avaliação, regulação e financiamento da pós-graduação no Brasil.

Neste trabalho centramos a discussão em dois itens: a constituição do campo de pesquisa teológico e as implicações da inserção no sistema CAPES a partir dos depoimentos dos docentes/pesquisadores dos Programas selecionados para a pesquisa. Os Programas que foram objeto do estudo de caso pertencem às seguintes Instituições de Ensino Superior: Escola Superior de Teologia (EST), de São Leopoldo-RS; Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), de Belo Horizonte- MG e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio).

1.O campo da Teologia na gênese e expansão da universidade

A Teologia constitui-se no medievo como um campo definido e delimitado, com objetivos claros e determinados sobre sua função no mundo do conhecimento daquele contexto histórico. Durante mais de nove séculos a Teologia consegue manter-se como um campo praticamente imutável e endógeno, no sentido de produzir e alimentar um mesmo conhecimento voltado estritamente para os interesses intra eclesiais do cristianismo.

Ao fazer uma análise da trajetória da Teologia é possível compreender essa dialética entre posições adquiridas e uma posição a ser conquistada por meio da concorrência e da competição que hoje verificamos na busca dos PPGTs em alcançar um lugar ao sol no mundo competitivo da pós-graduação. Para Bourdieu (2005, p. 69) a teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir “a forma específica de que se revestem em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais como capital, investimento e ganho”, ou seja, quais serão os mecanismos usados pela Teologia para manter e conciliar seu capital adquirido em lutas anteriores com a busca de novos ‘ganhos’ no mundo atual?

A Teologia, como campo do conhecimento, tem passado por grandes transformações e mais atualmente empreendido a busca por um *status* acadêmico. No período medieval, é a busca de fundamentos filosóficos para as elaborações teológicas que vai fazer com que a Teologia procure um perfil de ciência. Como analisa Zeuch (2006, p. 7) “foi o interesse constitutivo do pensamento cristão de certificar-se de sua verdade no campo do pensamento universal”. Para este autor, a Teologia apresenta-se como “uma proposta viável de conhecimento da verdade e da realidade do mundo e do homem, da sua origem, do seu sentido e fim e de sua tarefa neste mundo”. Neste sentido, a “questão da cientificidade da Teologia, então, não é tema secundário, mas ocupa um lugar preponderante para a autocompreensão da fé cristã desde o século XIII”.

Ao abordar a especificidade do campo religioso, Bourdieu (2005) assinala que a racionalidade entrando no campo religioso tem a função também de auxiliar no processo de exegese feita em cima dos textos bíblicos, pelos sacerdotes. Dessa forma:

Houve a necessidade de conferir a mitos ou ritos tornados obscuros um sentido mais ajustado às normas éticas e à visão de mundo dos destinatários de sua prédica. Assim a filosofia e a teologia passam a ser instrumentos dessa adaptação de um saber “desorganizado” para um saber sistematizado e teleologizado, ou seja com uma finalidade implícita. (p.35)

É importante destacar que essa caminhada de um saber transcendente (espiritual) que se aproxima do saber imanente (racional) se dá a partir de uma finalidade. Para Soares e Passos (2008) a busca de recursos racionais pela Teologia para elaborar seu discurso é articulada a finalidades éticas decorrentes da fé processada. O campo de investigação da Teologia vai se estruturar, buscando a ciência e a razão como suas servas, ou seja, para atender às suas finalidades, sendo que dentre elas, a principal é tornar compreensível a Revelação e entender como esta se manifesta no mundo.

Na trajetória da estruturação do campo de conhecimento “teologia”, algo fundamental foi sua institucionalização. Ao atingir o status de um conhecimento superior e único, estabelece seu método de ensino expresso na escolástica e posteriormente alicerça suas bases em duas instituições congêneres, a Igreja e a Universidade nascente. A Teologia consegue então atender duas demandas, uma mais interna, voltada à formação de sacerdotes e outra na formulação teórica dos dogmas para defender a Igreja dos ataques dos hereges. Ao falar sobre a estrutura da distribuição do capital religioso, Bourdieu (2005) afirma que existem tipos opostos de competência religiosa: de um lado, aqueles que detêm o *domínio prático* de um conjunto de esquemas de pensamento numa modalidade pré-reflexiva e de outro aqueles que detêm o *domínio erudito* formado por especialistas pertencentes a uma “instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa” (p. 40). Aqueles que detêm o domínio prático seriam os sacerdotes e os detentores do domínio erudito seriam os intelectuais teólogos que atenderiam a funções externas da instituição religiosa.

Ao abordar a especificidade da legitimação de um campo religioso, Bourdieu ressalta a necessidade de uma ação pedagógica, o que nos faz entender então o surgimento da Universidade nesse contexto. De acordo com Rossato (2005) a Universidade foi inspirada no medievo cristão, sob a proteção da Igreja, teve como base a Teologia, o que acarretou mais tarde o interesse eclesial em fundar universidades com o objetivo específico de garantir a integridade da fé católica contra as heresias.

Ao fim da Idade Média, a Teologia torna-se a responsável pela estruturação e legitimação da Universidade. De acordo com Rossato (2005, p. 26), para mostrar fidelidade à Igreja católica a universidade se autodenominava “mãe de todas as ciências e madrasta das heresias”. A Universidade como uma importante instituição que se perpetua até os dias atuais se torna, por intermédio da Teologia, um novo espaço de

sobrevivência e legitimação dos interesses da Igreja. De acordo com Bourdieu (2005, p. 52) as crenças e práticas designadas cristãs devem sua sobrevivência ao longo do tempo “à sua capacidade de transformação à medida que se modificam as funções que cumprem em favor dos grupos sucessivos que as adotam”, ou seja, para um público mais erudito e elitizado que busca um conhecimento universitário, a Igreja passa a exercer, por meio da função do teólogo, não mais e simplesmente a administração do ritual e do culto, mas a transmissão de uma verdade teologizada. Há, assim, a continuidade de um trabalho teológico que perpetua o capital religioso.

De acordo com Rossato (2005) no final do século XIII havia 22 universidades constituídas por toda a Europa gozando de grande prestígio, fomentando assim o desenvolvimento da Teologia como uma relevante área do conhecimento. No entanto, principalmente a partir do século XVIII, as novas descobertas no campo das ciências naturais passam a interessar mais do que as disputas de fé e a Teologia perde a centralidade que havia conquistado na Idade Média: fica reduzida à esfera da Igreja. A ciência torna-se praticamente independente da Igreja¹, canalizando todos os esforços em áreas do conhecimento compatíveis com o desenvolvimento econômico. E, neste novo contexto, a Teologia vai disputar espaço com outras ciências dentro das instituições de ensino ou ficar reduzida à Igreja.

No Brasil, as faculdades de Teologia desde os primórdios, foram fundadas com o fim específico de assumir a formação de sacerdotes ou pastores. De acordo com Anjos (1996, p. 19), na Igreja Católica, “a destinação do esforço teológico que mais aparece se endereça à formação do clero e das pessoas integrantes das comunidades”. Posteriormente abriram-se à formação de leigos e também foram criados cursos de Mestrado e de Doutorado em Teologia, antes mesmo da própria criação e funcionamento da CAPES. Interessante observar que a preocupação da Igreja com a formação de leigos reflete a necessidade que o catolicismo percebe de certa secularização. Bourdieu (2005) aponta que a manutenção do campo religioso como um poder temporal e não apenas espiritual, depende da forma como a Instituição Igreja mobiliza os leigos para desempenhar esse papel de disseminadores e tradutores desta dimensão espiritual para a dimensão temporal. Daí compreendermos a importância que

¹ Cabe salientar que no período moderno, onde começa a imperar a hegemonia do racionalismo, é possível perceber a influência do pensamento teológico nos clássicos da Filosofia moderna.

a Igreja vai dando ao fato de ocupar o espaço das instituições, mais precisamente, da Universidade.

De acordo com Passos (2006, p.170), no Brasil, a Teologia esteve praticamente fora da universidade desde a criação desta na década de 1920. Com a implantação das universidades católicas, a Teologia é inserida, porém, fica na “condição de estranha e distante das dinâmicas acadêmicas universitárias, a começar por sua condição de curso livre e ligado diretamente às Igrejas”. Para o autor, a Teologia permanece na Universidade, porém reforçando uma separação entre conhecimento teológico e científico em que a “justificativa institucional de sua presença outorgou-lhe uma legitimidade mais eclesial do que epistemológica entre as áreas de conhecimento e os demais cursos universitários”. Pode-se dizer que com “a inserção institucional e até geográfica no seio das universidades, a Teologia continuou reproduzindo a separação moderna entre racionalidade científica e racionalidade teológica em termos clássicos, entre razão e fé, e em termos modernos, entre Igreja e Estado”. Neste sentido, permaneceu “diretamente subordinada às políticas eclesiais e pastorais das igrejas, reproduzindo e até produzindo um saber sem os vínculos epistemológicos e políticos com a dinâmica universitária”.(p. 170).

Percebemos que a Teologia, mais especificamente na universidade brasileira, vai travando uma luta pelo seu reconhecimento civil e pela defesa da sua identidade acadêmica. Com relação ao *stricto sensu* em Teologia, que é o nosso objeto de análise neste artigo, existe atualmente no Brasil, quatro Instituições de Ensino Superior que oferecem Mestrado e Doutorado, e duas que oferecem apenas Mestrado, totalizando seis Programas. Destes, cinco são de confissão católica e um, protestante. No quadro abaixo é possível visualizar o ano de início do *stricto sensu* em Teologia no Brasil, com as datas de institucionalização dos mestrados e doutorados bem como o ano de inserção dos Programas no sistema CAPES.

| Instituição de Ensino Superior | Criação do Mestrado/ Doutorado | Inserção na Capes |
|---|---------------------------------------|--------------------------|
| Escola Superior de Teologia (EST) São Leopoldo (RS) | 1981(M) 1990 (D) 2001(MP*) | 1989 |
| Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) São Paulo (SP) | 1950 (M e D) | 2002 |
| Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) Belo Horizonte (MG) | 1987 (M) 2002 (D) | 1997 |
| Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) Rio de Janeiro (RJ) | 1972 (M) 1979 (D) | 1979 |
| Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) Porto Alegre (RS) | 1991 (M) | 1993 |
| Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR) Curitiba (PR) | 2008 (M) | 2008 |

Quadro 1: IES que oferecem Mestrado e/ou Doutorado recomendado pela Capes

A trajetória da Pós-graduação em Teologia, no Brasil possui uma especificidade em relação a outros Programas, pelo fato de estar sob a regulação e financiamento da igreja, seja ela protestante ou católica. Alguns Mestrados e Doutorados tinham uma caminhada de mais de 50 anos de atividade, antes de serem inseridos na CAPES, como é o caso do Mestrado e Doutorado em Teologia da PUC-SP, que foi institucionalizado eclesialmente em 1950 e apenas em 2002 se inseriu na CAPES. A Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte – FAJE também abriu seu Mestrado em 1987 e foi recomendado pela CAPES em 1997.

Oliveira (1996), analisa que a busca pelo reconhecimento civil dos cursos de Teologia deve-se mais às suas vantagens econômicas do que propriamente a um interesse da Igreja em abrir-se ao diálogo com outras ciências, pois tanto a CAPES quanto o CNPq têm estimulado a área com concessão de bolsas e viagens aos estudantes

e professores. Para o autor, este reconhecimento deve-se a vários fatores, dentre eles, a qualificação do corpo docente, que com o investimento da Igreja, tem se formado em importantes universidades europeias. Podemos concluir que a busca pela inserção no sistema CAPES garante legitimidade e propicia financiamentos. Em contrapartida, paga-se um preço: submeter-se a um padrão praticamente único de parâmetros uniformes de avaliação (BIANCHETTI, 2009).

2. Um novo espaço para a Teologia: a pós-graduação brasileira e o sistema CAPES de avaliação

Neste item destacamos a percepção dos professores/pesquisadores que atuam nos PPGTs sobre a busca do reconhecimento civil da Teologia com a consequente inserção no Sistema CAPES. Entre eles é consenso que a Teologia no Brasil e na América Latina possui uma longa caminhada e trajetória na produção e transmissão de conhecimento. Independentemente do reconhecimento civil, a Teologia estrutura-se como campo de conhecimento e exerce um importante papel, tanto na formação dos quadros para suas Igrejas, como na oferta de subsídios para movimentos sociais por meio reflexões teológicas.

Os teólogos entrevistados defendem que antes de se falar em reconhecimento civil da Teologia é preciso reconhecê-la na sua densidade teórica e relevância social. Para uma das entrevistadas, a Teologia já possuía um rigor metodológico, que seguia padrões alemães, no caso das instituições protestantes. Segundo ela “havia um rigor que não veio com a CAPES, era anterior. Lembro por exemplo, de artigos publicados na revista do Programa que apresentavam discussões com réplicas e debates entre autores alemães e latino-americanos, criando toda uma cultura científica”. Outro entrevistado, deste mesmo Programa, de orientação luterana, ressalta que a Teologia no Brasil estava totalmente inserida no exterior recebendo apoio financeiro, bem como em constante diálogo com o campo educacional e social. Segundo ele, “olhando em retrospectiva, a demanda que estava se colocando no mestrado era em nível de doutorado, com dissertações bem profundas, densas”

Nas instituições católicas também é possível perceber uma longa trajetória de produção de conhecimento, anterior à entrada dos PPGTs na CAPES, conforme relata

um professor: “em 1986 começou a abrir mestrado e doutorado em Teologia com reconhecimento eclesiástico”.

Todos os entrevistados manifestaram-se favoráveis a busca de reconhecimento civil da Teologia, tanto em nível de graduação como no *strictu sensu*. Porém traçam considerações críticas quando se referem à forma como a Teologia buscou legitimidade no campo científico e acadêmico. Um dos entrevistados entende que essa legitimidade possui dois caminhos que precisam ser percorridos paralelamente, que é o político e o epistemológico: “esse processo de legitimação tem um lado epistemológico, estatuto suficiente, tem que ter teoria, método e tem um lado político, institucional, comissões, grupos de pesquisa, universidades que permitem a uma área existir ou não”.

É possível constatar que os pesquisadores da área de Teologia estavam convictos da necessidade de enfrentar o desafio de adaptação à pós-graduação brasileira; e a CAPES foi entendida por muitos como uma aliada nesse processo, principalmente na visão de professores vinculados aos PPGTs que atuaram também, como avaliadores de Programas pela CAPES:

A Teologia não estava habituada com o meio acadêmico, sempre teve uma cidadania acadêmica, mas estava distante nos últimos anos, dialogava mais com a Igreja e depois com a academia. Muitos professores hoje reclamam da ditadura da CAPES, que tem que produzir para atender aos critérios da avaliação. Então, duas coisas, primeiro: se nós queremos as bolsas, a gente tem que entrar no sistema.

A entrada na CAPES parece ser a saída encontrada pelos Programas para não ficarem no isolamento de suas Igrejas, principalmente na sua dependência financeira. Porém essa entrada, não custou barato, como declaram alguns professores ao falarem sobre essa inserção: “do ponto de vista da organização entraram uma série de exigências. Do ponto de vista do ensino, sinto uma pressão muito forte, no sentido de ser menos teológico, nem sempre quem avalia tem uma ideia do que seja Teologia.” Percebemos no discurso dos entrevistados, algumas contradições na compreensão do que a CAPES representou: ora uma mão amiga que ajuda na “organização da casa” ora um estranho que entra na casa alheia querendo dar conselhos e realizar mudanças. Observamos a partir desses relatos, que a maioria reconhece que houve um grande esforço dos PPGT nesse processo de adaptação, de mudança de práticas e aquisição de uma nova cultura acadêmica, algo estranho aos teólogos. Cabe aqui retomar o conceito

de campo que fundamenta nossa análise dos Programas, especificamente, quando Bourdieu se refere às vantagens que posições adquiridas em lutas anteriores, podem trazer para a luta concorrencial dentro de um campo científico. (ORTIZ e FERNANDES, 1983).

O lugar que a CAPES oferece à Teologia - uma subárea da Filosofia - dá aos Programas uma preocupação a mais, pois cria certa tensão e um trabalho de diferenciação e autojustificação que antes não era necessário, como analisa um professor:

Depois uma tensão muito forte, a nossa área é uma sub-área da filosofia que reúne duas epistemologias: Teologia e Ciências da Religião. Há uma tensão criativa e positiva, porque a Teologia sempre praticou a interdisciplinaridade, mas eu acho que Ciências da Religião olha a Teologia com suspeita, como se não fizesse uma ciência séria porque é confessional. Estamos caminhando no mesmo barco mas há uma tensão. Muitos em Ciências da Religião queriam uma comissão só deles porque não existe na árvore do conhecimento Ciências da Religião, mas apenas Teologia. Acho que poderá no futuro criar uma subcomissão de Ciências da Religião.

Para um dos Coordenadores dos Programas analisados a relação entre Igreja e CAPES é um pouco tensa: “a CAPES privilegia muito o quantitativo, essa é a preocupação, indexação, produtividade e não necessariamente a qualidade. Então a tensão é, como você equaciona isso”. Ressalta que isso contraria o perfil dos professores dos PPGTs: “meus professores não foram formados nessa tradição, assumem uma missão de teólogo, vocação e para a CAPES isso não conta”. Para ele, a tensão é forte quando é preciso cobrar e ao mesmo tempo respeitar o professor, pois: “tem professor que escreve menos ou não entra no perfil curricular o que ele produz e escreve”.

Um fator que envolveu bastante esforço conciliatório entre as duas instituições reguladoras – Igreja e CAPES - foi a questão da seleção dos candidatos aos PPGTs católicos. Segundo um entrevistado: “A *Sapiëntia Christiana*² vai dizer que ninguém pode ter acesso ao mestrado em Teologia sem ter graduação em Teologia. Por isso, dentro do programa não aceitávamos alunos sem a graduação em Teologia”. O entrevistado ressalta que “antes das exigências da CAPES, isso permitia que alunos que vinham de seminários entrassem diretamente no nosso mestrado”, porém após a inserção na CAPES não foi mais possível fazer isso, pois “o candidato ao mestrado

² Diretrizes da Santa Sé que organizam o ensino de Teologia nos aspectos relacionados à duração dos cursos e as áreas de conhecimento, entre outros.

precisa ter uma graduação reconhecida e isso acaba incidindo no perfil dos nossos alunos, pois para a CAPES basta ter qualquer graduação”. Para um ex-coordenador de Programa, Roma é mais maleável que a CAPES, porém, é esta que precisam priorizar em função da avaliação, pois “em nível de pós-graduação nós temos muita liberdade na esfera romana. Não sentimos dificuldade em termos de conteúdo”. E explica: “Roma tem poucas exigências formais e a CAPES tem muito. A nomenclatura mudou, nós usamos um nome para Brasília e outro para Roma”. O que lhe permite concluir que: “o mais importante é Brasília, em função do reconhecimento”.

Um quesito em que Roma parece se preocupar mais do que a CAPES é quanto ao corpo docente. Para um dos Coordenadores, “para manter o título eclesiástico eu tenho que ter um número x de professores com diploma eclesiástico”. Outro fator que difere nas exigências da Santa Sé e da CAPES é em relação aos conteúdos e a preocupação com a manutenção da confessionalidade:

A Sapiëntia Christiana tem preocupação com conteúdo e a CAPES não. A questão da confessionalidade por exemplo. A Santa Sé bate na tecla da confessionalidade, do conteúdo, da estrutura dos cursos, que estão sendo oferecidos. O corpo docente tem que ser católico. Isso como coordenador dá para administrar bem, pois a CAPES não interfere no conteúdo, isso ajuda a gente a não ter maiores problemas. E por outro lado, a maior exigência da CAPES, na periodicidade da produção está mais livre para a Sapiência Cristiana.

Essa indiferença da CAPES com relação à confessionalidade parece não ser algo tão tranquilo assim, na opinião de outra entrevistada, que comenta a declaração de um dos Coordenadores da Comissão de Filosofia da CAPES: “na primeira vez que fui à Brasília, o coordenador veio conversar com a gente, com a subárea de Teologia, e disse que era preciso descristianizar essa Teologia”. Houve então necessidade de mudança de nomenclaturas, segundo ela, “de bíblia sagrada para textos sagrados, por exemplo.”

Ao relacionar as mudanças ocorridas em função da inserção na CAPES, uma ex-coordenadora, fala da alteração no número de créditos cursados, que destoou do que se vinha fazendo no período pré-CAPES:

A CAPES pode interferir quando ela diz que os mestrados devem ser em dois anos, então ela não olha com bons olhos para o mestrado que tenha um grande numero de créditos, ela acha que isso vai atrapalhar a qualidade da tese, que não vai dar tempo de fazer a dissertação. Eu já acho que deveríamos ter um maior numero de créditos para qualificar melhor nosso docente.... Então com a exigência da CAPES, atrapalhou

um pouco nisso. Nós estaríamos totalmente dentro do que a Santa Sé exige, quando tínhamos um numero de créditos maior, mas não dentro do que a CAPES coloca.

Para ela houve uma perda de qualidade no processo de formação dos pós-graduandos, pois ao cursarem um menor número de créditos passaram a se aprofundar menos nos conteúdos.

Vale ressaltar que as manifestações acima foram de entrevistados vinculados aos PPGT católicos. É preciso entender, que os protestantes possuem uma relação diferente com a sua confessionalidade, que é muito mais ecumênica, avessa à centralidade de poder. O atual coordenador do PPGT de confissão protestante, quando perguntado se há alguma forma de “prestação de contas” para com a Igreja que os mantém, respondeu: “não, absolutamente nada, nem mandamos relatório. O que acontece, mas aí não posso informar com detalhes, é que pode haver algum relatório por parte da Instituição Igreja”. O que ele se refere é que a Igreja local, onde a IES está inserida, pode mandar relatório para Genebra (sede da Igreja) com relação às atividades desenvolvidas pelo PPGT, se quiser.³ Foi possível constatar que o corpo docente do PPGT protestante, é por exemplo, bastante heterogêneo, no que se refere à confessionalidade.

Ao avaliar a inserção dos Programas na CAPES, todos os entrevistados consideram que foi um passo importante para a Teologia no Brasil, tanto no que se refere a uma maior visibilidade civil bem como na organização das atividades dentro do PPGT. Um dos fatores que tornou a inserção vantajosa, segundo o grupo de entrevistados, foi a ajuda financeira recebida a partir dos altos conceitos atingidos pelos Programas em análise. Outro aspecto que ressaltam foi os efeitos positivos da incorporação dos critérios da CAPES, que ajudaram os Programas a serem mais profissionais: “essa questão das linhas de pesquisa, do *Lattes*, ninguém tinha preocupação com isso. A CAPES foi fundamental para nós, o antes e o depois. Durante muitos anos fazíamos como nós achávamos.” O mesmo entrevistado também resalta que a questão do tempo de titulação foi algo que melhorou com a pressão da CAPES: “do ponto de vista do tempo de titulação, antes éramos mais flexíveis, e graças a pressão

³ Para os católicos, uma Universidade Pontifícia deve prestar contas à Diocese que jurisdiciona aquela região geográfica onde está sediada a IES católica. Os protestantes, no caso os Luteranos, com muito menos rigor e hierarquia pertencem à Igreja Luterana local mais próxima, presente na região onde está sediada a referida IES. Por isso, o que o entrevistado se refere é que essa Igreja, pode se quiser, mandar algum relatório para a Europa, já que o PPGT está vinculado à confissão luterana.

da CAPES melhorou”. Houve segundo ele, uma maior regularidade na entrada e saída dos estudantes.

Os ganhos financeiros e a necessária reorganização interna é um discurso uníssono entre os entrevistados. Salientam que a Teologia nunca tinha vivenciado a experiência de ser olhada por alguém de fora: “a Teologia não estava habituada com esse tipo de avaliação externa, com exigências externas, que as vezes soam estrangeiras para a Teologia, como produzir em periódicos indexados.” No entanto, com relação à avaliação da produção científica dos estudantes e docentes dos PPGTs, a maioria dos entrevistados tece críticas a metodologia da CAPES, ao afirmar que essa avaliação pode ser tão perversa a ponto de fazer com que a Teologia possa perder sua essência, sua alma, segundo analisa um dos entrevistados: “a Teologia é uma ciência que tem uma epistemologia, não deve ter medo de ser avaliada, mas não estamos acostumados com isso, por isso enquanto não correspondemos às exigências, a lógica pode ser perversa”. E conclui: “se entrarmos numa ideia de que se tem que produzir, produzir, perde-se o foco”.

Considerações finais

O campo de conhecimento teológico tinha uma história e agora, após sua inserção no sistema CAPES está em processo de reconstrução dessa história e precisa conservar um determinado *habitus* que o identifique com a Teologia. Necessita incorporar um novo *habitus* que permita desenvolver dispositivos para disputar um novo jogo: a disputa pelo *ranking* dos conceitos na CAPES

Ao abordar a passagem de um campo para outro, Bourdieu (2001) afirma que, para entrar no jogo, na lógica desse novo campo é necessário converter o *habitus* originário em um *habitus* específico, requerido pela própria entrada no jogo. A lógica desse novo campo vai se instituir em estado incorporado na forma de um *habitus* específico.

Podemos então considerar que a adaptação do campo de conhecimento teológico ao campo dos critérios de avaliação da CAPES, para os nossos entrevistados, apresenta-se no geral como algo natural, como uma continuidade, ou seja, a aquisição de um novo *habitus* esconde o essencial: o estatuto teórico de um campo de conhecimento. Aqui podemos resumir várias falas dos coordenadores quando afirmam que as áreas do conhecimento, por exemplo, continuam as mesmas, a despeito da inserção na CAPES,

que as mudanças que ocorreram foram apenas em relação a nomenclaturas, ou seja, mudou “a nomenclatura sim, mas o perfil não”. Ora, quando em um dos PPGTs analisados, conceitos tão caros à Teologia como Teologia Moral e Cristologia deixam de ser nomeados nas linhas de pesquisa e áreas de concentração, isso significa que esses grandes temas não serão mais alimentados teoricamente, uma vez que os Programas são o espaço de produção de conhecimento e qualificação de pesquisadores para a área teológica.

O fato da avaliação ser realizada pelos próprios pares dos Programas também torna essa imposição mais leve e com uma roupagem caseira, em que, “entramos em outro campo, mas continuamos em casa”. Outro fato é os docentes olharem para a CAPES como uma instituição que está ajudando, como afirma um professor: “A grande vantagem da CAPES foi ajudar a gente a entrar no sistema da CAPES” .

Sobre esse discurso de aceitação e da indiferença com as mudanças, Bourdieu (2001, p.117) considera que quando se aceita o ponto de vista constitutivo de um campo, “é inviável assumir a seu respeito um ponto de vista externo”, ou seja, há uma simbiose entre o corpo docente e as determinações desse novo campo - CAPES - que dificulta o questionamento. Essa atitude, Bourdieu remete à aceitação do *nomos*, uma palavra que para o autor, pode ser traduzida por lei, “mas seria preferível compreendermos como constituição, que lembra um ato de instituição arbitrária” (2001, p. 111). Esse *nomos*, permanece impensado, não produz questionamentos.

Podemos retomar várias declarações dos entrevistados que exprimem a aceitação desse arbitrário capesiano que se legitima como uma lei fundamental, como um *nomos*. Às vezes as declarações são enfáticas: “se nós queremos as bolsas, a gente tem que entrar no sistema”. O *nomos* foi incorporado e aceito como algo que não permite uma antítese: “desde nossa inserção até hoje houve uma série de mudanças nos critérios da CAPES e nós tivemos que nos adaptar a eles”.

Essa adesão ao *nomos*, Bourdieu (2001, p.117) define como uma forma de crença, é a “*illusio*”, a qual supõe a suspensão dos objetivos da existência ordinária, em favor de novos móveis de interesse, suscitados pelo próprio jogo” (p.123). A *illusio* passa a fazer

⁴ A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena [...] é dar importância a um jogo social, perceber que o que se passa aí é importante para os envolvidos, para os que estão nele [...] É 'estar em', participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos. Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social" (BOURDIEU 1996, p.139-140).

parte da ação, da rotina, das coisas que se fazem porque sempre se fez assim. Podemos considerar que a *illusio* se manifesta nos discursos que consideram a entrada no Sistema CAPES como uma continuidade: “na realidade, nós sistematizamos o que já fazíamos, demos nome a coisas que já fazíamos com outra forma de organização”, ou seja, sempre foi feito assim. No caso do seguinte depoimento: “a estrutura do nosso PPGT é clássica, divide-se em duas áreas, sistemático-pastoral e Bíblia, essas áreas continuam sempre as mesmas, a CAPES não interfere no conteúdo”, observamos que neste Programa as áreas continuaram as mesmas, mas as linhas mudaram, as tradicionais áreas de estudo foram suprimidas.

A *illusio* é essa atitude que contribui para uma total apropriação de um novo *habitus*, a ponto dessa incorporação se tornar algo simbiótico, onde CAPES e PPGTs ajudam-se mutuamente, fazem parte agora de um mesmo campo. Isso é constatado quando um dos entrevistados comenta “que a própria CAPES foi construindo seu modelo neste período”. O ex-coordenador de um dos Programas analisados afirma que houve entre seu Programa e a CAPES uma relação de troca, pois ao atingir o conceito 7 tornou-se um padrão a ser seguido. Percebe-se aqui um dos efeitos da *illusio* que é a relação de cumplicidade ontológica entre aqueles que fazem parte do jogo.

Com relação ao efeito da *illusio*, os exemplos são muitos entre as falas dos entrevistados, desde o reconhecimento das vantagens das bolsas proporcionadas pela CAPES até a oportunidade concedida à Teologia de sair de dentro da sacristia, conforme salienta um entrevistado: “foi importante participar das reuniões de coordenadores da grande área de ciências humanas e da área de filosofia, no sentido do intercâmbio que ali se deu”. Outro ganho destacado foi com relação aos diplomas, pois agora “podemos distinguir o título eclesiástico do acadêmico brasileiro e isso pode ser mais atraente para pessoas de outras confissões religiosas e leigas”.

Para finalizar, é preciso entender que esse discurso que adere com pouco constrangimento é consequência de um processo que revela o que Bourdieu (2001) definiu como a tirania de um campo sobre o outro. A tirania segundo ele ocorre quando um poder ligado a um campo interfere no funcionamento de outro campo. Para que exista a tirania é necessário haver o reconhecimento, por meio de uma justificação, da necessidade dessa imposição externa. Um dos entrevistados afirmou, por exemplo, que a questão financeira foi se tornando algo muito grave e limitador para o andamento do Programa. Por isso, quando avalia a inserção na CAPES afirma que “houve vantagem nisso, com chance de maior número de estudantes”.

Os resultados de nossa pesquisa apontam a importância do aprofundamento dessas investigações que problematizam a relação entre processos de conhecimento e as induções promovidas pelos órgãos de avaliação e fomento.

Referências bibliográficas

- ANJOS, M. (Org.). *Teologia: Profissão*. São Paulo: Loyola. 1996.
- BIANCHETTI, L. Os dilemas do Coordenador de Programa de Pós-Graduação: Entre o burocrático-administrativo e o acadêmico-pedagógico. In: BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- ; SGUISSARDI, V.(Orgs.). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiros, 1996.
- . *A economia das trocas simbólicas*. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004 . Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2010
- HORTA, J ; MORAES, M. C. O sistema Capes de avaliação da pós-graduação. Da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 95-116, set./out./nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 ago. 2007.
- KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005.
- MOREIRA, Maria Lígia; VELHO, Lea. Pós-graduação no Brasil: da concepção "ofertista linear" para "novos modos de produção do conhecimento" implicações para avaliação. *Avaliação*, Sorocaba, v. 13, n. 3, nov. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2011
- OLIVEIRA, P. Teologia e Ciências da Religião: uma área acadêmica. In: ANJOS, M. (Org.). *Teologia: Profissão*. São Paulo: Loyola. 1996.
- ORTIZ, R.; FERNANDES, F. (Coord). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática. 1983.
- PASSOS, J. Teologia e Interdisciplinaridade: Diálogos implícitos e explícitos entre Teologia e Ciências. In: SOARES, A. M. L; PASSOS, J.D. (Orgs.). *Teologia e Ciência*. Diálogos acadêmicos em busca do saber. São Paulo: Paulinas; Educ, 2008.
- PASSOS, J. Teologia e diretrizes curriculares: contradições e desafios. In: FREITAS, C. (Org). *Teologia e Sociedade: relevância e funções*. São Paulo: Paulinas. 2006.
- ROSSATO, R. *Universidade: nove séculos de história*. 2 ed. Passo Fundo-RS: EDUPF, 2005.
- SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, NUP/CED/UFSC, v. 24, n. 1, p. 049-088, janeiro/Junho de 2006.

SGUISSARDI, V; SILVA JR, J. R. *Trabalho intensificado nas federais*. Pós- graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009

SOARES, A. M. L; PASSOS, J.D. (Orgs.). *Teologia e Ciência*. Diálogos acadêmicos em busca do saber. São Paulo: Paulinas; Educ, 2008.

ZEUCH, M. A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg - 2ª parte. *Cadernos de Teologia Pública*. São Leopoldo-RS, Instituto Humanitas Unisinos, a. III, n. 19, 2006.